

ANEXO III





Confidencial (*)

Laudo Econômico e Financeiro

Parecer Técnico sobre o Plano de Recuperação

Judicial, de acordo com o artigo 53, inciso III, da Lei nº

11.101/05.

Processo nº 0012043-76.2016.8.16.0069

B. D. VEST CONFECÇÕES EIRELI

EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ 02.656.196/0001-00

Maringá/PR, 24 de Fevereiro de 2017.

Data base: 31 de Janeiro de 2017.

(*) Este trabalho é de uso exclusivo da diretoria e titular da B. D. VEST.

44 3029-4188

Av. Horácio Raccanello Filho, 6326 | Sala 03/04
Centro Empresarial Torre Gêmea Maringá/PR - CEP: 87020-035





Sumário

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	3
1 – INTRODUÇÃO E PREMISSAS DO TRABALHO	7
2 – UM BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA E SUA SITUAÇÃO ATUAL	9
3 – ESCOPO DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS EM CRISE E A VIABILIDADE	12
4 – O PEDIDO E O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONDIÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA DA B. D. VEST CONFECCÕES	14
5 – O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	15
6 – FONTES DE INFORMAÇÕES UTILIZADAS	25
7 – ELABORAÇÃO DA ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA E DO PLANO - EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO.....	26
8 – CONCLUSÃO.....	33
9 – TERMO DE ENCERRAMENTO	35
ANEXOS.....	36
ANEXO I – PREMISSAS E PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NAS PROJEÇÕES PARA OS ANOS DE 2017 A 2031.....	37
ANEXO II – PREMISSAS MACROECONÔMICAS	48
ANEXO III – PREMISSAS OPERACIONAIS.....	50
ANEXO IV – DEMONSTRATIVO DE RESULTADO PROJETADO (DRE)	57
ANEXO V – DEMONSTRATIVO DE FLUXOS DE CAIXA	60





SUMÁRIO EXECUTIVO

A **ALVO SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI** foi contratada pela **B. D. VEST CONFECÇÕES EIRELI** em recuperação judicial, para elaborar o presente Laudo Econômico e Financeiro sobre a viabilidade do Plano de Recuperação Judicial; “Plano de Recuperação Judicial”, “Plano” ou “PRJ”, a ser encaminhado o Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cianorte, Paraná.

Para elaborar esse parecer, estamos levando em consideração os seguintes aspectos destacados do Plano de Recuperação:

1. A **B. D. VEST CONFECÇÕES** é uma empresa atuante no setor do vestuário iniciou suas atividades no ano de 1998, e tem como seu objeto social o ramo de confecção de peças de vestuário, comércio atacadista e varejista de confecção, produzindo roupas masculinas e femininas, acessórios e peças em geral;
2. A **B. D. VEST CONFECÇÕES** desde meados de 2016 vem passando por uma crise econômico-financeira que comprometeu o cumprimento de suas obrigações, sendo necessária a readequação das suas atividades para retomar as suas operações e o cumprimento de suas obrigações;
3. Em 07 de dezembro de 2016 a **B. D. VEST CONFECÇÕES** ajuizou, perante o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cianorte, Paraná, um pedido de recuperação judicial nos termos da Lei de Falências e Recuperação de Empresas (LFRE) (Lei nº 11.101/05);
4. Em 15 de fevereiro de 2017 foi processada a Recuperação Judicial da **B. D. VEST CONFECÇÕES**, tendo o Juízo de Recuperação deferido o pedido e concedida a recuperação em decisão judicial publicada no Diário Oficial, no dia 16 de fevereiro de 2017;
5. O Plano de Recuperação Judicial tem por objetivo a reestruturação das operações da **B. D. VEST CONFECÇÕES**, buscando superar a crise econômico-financeira das empresas e reestruturar os seus negócios, de forma a permitir:

44 3029-4188

Av. Horácio Raccanello Filho, 6326 | Sala 03/04
Centro Empresarial Torre Gêmea Maringá/PR - CEP: 87020-035





- a. O pagamento de seus credores, nos termos e condições apresentados naquele Plano;
 - b. Retornar à normalidade nas suas atividades operacionais;
 - c. A sua preservação como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos;
 - d. A preservação e efetiva melhora e recuperação de seu valor econômico, bem como de seus ativos tangíveis e intangíveis;
6. O Plano que será apresentado cumpre com os requisitos contidos no artigo 53, item III da LFRE, uma vez que:
- a. É demonstrada a viabilidade econômica da **B. D. VEST CONFECÇÕES**, bem como do Plano a ser apresentado do MD. Juízo da Recuperação;
 - b. São demonstrados de maneira pormenorizada os meios de recuperação a ser empregados;
 - c. É acompanhado deste laudo econômico e financeiro demonstrando a viabilidade do Plano e da empresa em recuperação judicial;
 - d. É acompanhado do laudo de avaliação dos bens e ativos da empresa;
 - e. Contém proposta clara e específica para pagamento dos credores, sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial;

Desta forma, a elaboração do presente Laudo Econômico e Financeiro e emissão de Parecer Técnico pela **ALVO SOLUÇÕES EMPRESARIAIS** tem por objetivos:

- A) Analisar o Plano de Recuperação Judicial da **B. D. VEST CONFECÇÕES** que está sendo apresentado em cumprimento ao Artigo 53 da Lei de Falências e Recuperação de Empresas, nº 11.101/05 de 09 de fevereiro de 2005 (LFRE), perante o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cianorte, Paraná pela empresa:

B D VEST CONFECÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob nº. 02.656.196/0001-00, com matriz sediada na Rodovia PR-323m, s/nº, Zona 11, Km 223, Salas 50/52, Shopping Dallas, CEP 87.211-400, Cianorte, Estado do Paraná, denominada simplesmente **B. D. VEST CONFECÇÕES**.

44 3029-4188

Av. Horácio Raccanello Filho, 6326 | Sala 03/04
Centro Empresarial Torre Gêmea Maringá/PR - CEP: 87020-035



- A) Analisar como deverá ser a geração de recursos, de acordo com as metas e medidas preconizadas pelo Plano, conforme demonstrado no seu teor e nos anexos deste laudo;
- B) Demonstrar as medidas que serão adotadas pela direção da **B. D. VEST CONFECÇÕES**, e que deverão permitir a superação das suas dificuldades financeiras;
- C) A emissão de um laudo e Parecer Técnico sobre as empresas e o Plano, identificando da sua viabilidade econômico-financeira, tudo de acordo com que estabelece a Lei nº 11.101/05 Lei de Falências e Recuperação de Empresas (LFRE), em seu artigo 53, de 09 de fevereiro de 2005, incisos II e III.

No item 1, apresentamos aspectos introdutórios desse Laudo bem como os objetivos desse trabalho, incluindo um breve histórico e situação atual das empresas e das suas operações.

No item 2, descrevemos todos os aspectos principais do Plano de Recuperação Judicial desenvolvido pela **B. D. VEST CONFECÇÕES** e seus consultores jurídicos e financeiros, a fim de demonstrar a capacidade das empresas em honrar os seus compromissos e recuperar a sua saúde financeira.

No item 3, mencionamos as fontes de todas as informações utilizadas.

No item 4, apresentamos a análise da viabilidade econômico-financeira das empresas e do Plano, bem como a emissão de Parecer Técnico.

Após a análise das informações apresentadas, da constatação da coerência dos demonstrativos financeiros projetados (Anexo IV) e da viabilidade econômico-financeira das empresas e do Plano a ser apresentado ao Juízo e posteriormente aos credores, conforme apresentado em detalhes, no Anexo III, emitimos um Parecer Técnico apresentado no item 8.

Dessa forma, somos de parecer que o Plano de Recuperação que analisamos e que deverá ser apresentado ao Juízo e a ser votado em Assembleia Geral de Credores é viável econômica e financeiramente, considerando as razões e os pressupostos de sua viabilidade, conforme expostos detalhadamente neste Laudo e que atende aos interesses de todos credores e quotistas da **B. D. VEST CONFECÇÕES**.

44 3029-4188

Av. Horácio Raccanello Filho, 6326 | Sala 03/04
Centro Empresarial Torre Gêmea Maringá/PR - CEP: 87020-035





Maringá, 24 de fevereiro de 2017.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Clorival Brustolin Junior", is written over a horizontal line.

CLORIVAL BRUSTOLIN JUNIOR
CONTADOR CRC-PR 033.895/O-8
IBRACON 4192

A handwritten signature in black ink, appearing to read "ALVO SOLUÇÕES EMPRESARIAIS", is written over a horizontal line.

ALVO SOLUÇÕES EMPRESARIAIS
CRC-PR 007843/O-6





1 – INTRODUÇÃO E PREMISSAS DO TRABALHO

A empresa **ALVO SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI (ALVO)**, com sede e foro, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Avenida Advogado Horácio Raccanello Filho, 6326, 1º. Andar, Salas 03 e 04, Centro Empresarial Torre Gêmea, Zona 01, CEP 87.020-035, CRC-PR 007843/O-6 e CNPJ 17.181.766/0001-12, representada pelo seu profissional titular, Senhor **CLORIVAL BRUSTOLIN JUNIOR**, nascido em Curitiba Estado do Paraná, em 29 de julho de 1973, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Contador, residente e domiciliado em Maringá, Estado do Paraná, à Rua Cantor Raul Seixas, 1.052, Bairro Jardim Ipanema, CEP 87.053-240, portador da Cédula de Identidade RG n. 5.074.768-9 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 874.395.069-87 e Carteira de Identidade Profissional CRC-PR 033.895/O-8 e registro no IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil sob nº 4192, com mais de 20 anos de experiência na área e tendo prestado serviços para importantes Grupos Empresariais do cenário nacional, entre eles pode-se destacar o Grupo Insof do Brasil, Grupo Barigui Veículos, Volvo do Brasil, Grupo O Boticário, entre outras.

A **ALVO**, empresa que atua em assessoria contábil, foi contratada pelo titular da **B. D. VEST CONFECÇÕES**, para elaborar um Laudo de Viabilidade Econômica e Financeira da empresa e do Plano, com emissão de Parecer Técnico.

Este laudo contém uma análise crítica e comentários sobre o Plano de Recuperação Judicial e sobre as medidas que serão adotadas na empresa bem como a demonstração da viabilidade econômico-financeira da empresa e do Plano.

As proposições que compõem o Plano foram elaboradas pela direção da **B. D. VEST CONFECÇÕES** e seus assessores jurídicos e consultores financeiros, de acordo com as disposições contidas na Lei nº. 11.101/05 (Lei de Falências e Recuperação de Empresas - LFRE).

A nossa análise e elaboração do Parecer Técnico visa demonstrar a viabilidade econômico-financeira da empresa e do Plano a ser apresentado ao Juízo da Recuperação, a capacidade de pagamento a todos os seus credores e a recuperação da saúde financeira da **B. D. VEST CONFECÇÕES**.

Este laudo e o nosso parecer técnico incluem análise e comentários sobre os pontos fundamentais do Plano de Recuperação, destacando-se as suas principais características e analisando os demonstrativos financeiros apresentados e principalmente o fluxo de pagamento aos credores, até a extinção desses passivos.

44 3029-4188

Av. Horácio Raccanello Filho, 6326 | Sala 03/04
Centro Empresarial Torre Gêmea Maringá/PR - CEP: 87020-035





O referido Parecer e a conclusão encontram-se nos itens 7 e 8.

O Plano de Recuperação Judicial, bem como todas as informações fornecidas para a elaboração deste laudo, são por premissa, consideradas boas e válidas, não tendo sido efetuadas análises jurídicas, auditorias ou levantamentos para a validação destas informações.

Conforme nosso melhor entendimento, todos os dados contidos no Plano de Recuperação, nos demonstrativos financeiros históricos e projetados e nas informações recebidas são consideradas como verdadeiras e acuradas.

Embora tirados de fontes confiáveis, não podemos dar nenhuma garantia nem assumir qualquer responsabilidade legal pela precisão de quaisquer dados, opiniões ou estimativas fornecidas pela administração da **B. D. VEST CONFECÇÕES** e seus assessores jurídicos e consultores financeiros.

A **ALVO** não tem nenhum interesse atual ou futuro na empresa, cujo Plano de Recuperação é objeto de análise neste relatório e não tem nenhum interesse pessoal ou parcialidade com relação às partes envolvidas.

A remuneração da **ALVO** não está condicionada a nenhuma ação, nem resulta das análises, opiniões e conclusões contidas neste relatório ou de seu uso.

Nenhuma parte deste relatório, principalmente qualquer conclusão, a identidade dos consultores, a empresa em contato com os analistas ou qualquer referência a entidades ou às designações concedidas por essa organização, poderá ser divulgada para o público através de prospectos, anúncios, relações públicas, jornais ou qualquer outro meio de comunicação sem o consentimento por escrito e a aprovação da **ALVO**.

Este laudo e Parecer Técnico são considerados pela **ALVO** como documentos sigilosos, absolutamente confidenciais, ressaltando-se que não devem ser utilizados para outra finalidade que não seja o encaminhamento ao Juízo da Recuperação Judicial ou outras instâncias judiciais, juntamente com o Plano de Recuperação e o laudo de avaliação dos ativos tangíveis da empresa em recuperação judicial.





2 – UM BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA E SUA SITUAÇÃO ATUAL

A **B. D. VEST CONFECÇÕES** iniciou suas atividades no ano de 1998, e tem como seu objeto social o ramo de confecção de peças de vestuário, comércio atacadista e varejista de confecção, produzindo roupas masculinas e femininas, acessórios e peças em geral.

Desde sua fundação, a **B. D. VEST CONFECÇÕES** vem investindo pesado em matéria-prima de qualidade, profissionais qualificados e inteligência de mercado. Esta combinação, aliada a estratégias de marketing eficientes, assegurou à marca uma posição sólida no mercado.

Com várias estratégias implementadas no mercado durante sua existência, foi destacado no Plano que em 2014 a empresa inaugurou em Cianorte a loja Z-STORE, oferecendo ao público varejista a oportunidade de comprar todas as marcas produzidas pela requerente.

Devido ao sucesso de vendas, o projeto expandiu e conta hoje com mais de três novas unidades: Maringá, Curitiba e uma segunda loja em Cianorte.

Já em 2016, a empresa estreou um novo canal de vendas: O e-commerce para o público final (varejo) e também para multimarcas (b2b). O objetivo é oferecer um “mix” completo de produtos das marcas, com entrega para todo o Brasil, além de atendimento personalizado em tempo real para o consumidor. A modalidade de negócio combina plataforma de alta tecnologia, estoque dedicado e equipe qualificada para proporcionar uma experiência de navegação segura e agradável.

Neste diapasão, a empresa veio expandindo seus negócios ao longo dos anos e chegou a ter 29 lojas espalhadas pelos estados do Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Paraíba, Goiás, Rio Grande do Norte e Bahia. Atualmente, diante da realidade de mercado, conta com cerca de 16 lojas ativas.

Foi salientado no Plano que a Requerente está localizada na cidade de Cianorte - conhecida nacionalmente como a Capital do Vestuário – onde conta com uma estrutura fabril de 23.000 m². Arelado a isto, detém o direito de uso de marcas conhecidas no mercado como: OSMOZE, DENUNCIA, EVENTUAL, SANTA JUSTINA, LINDA Z e Z-32.

Destacou-se ainda que a Requerente conta com uma equipe sólida e capacitada de representantes que atende lojistas de norte a sul do país, formando um amplo corredor comercial, bem como possui





um amplo showroom na cidade de Cianorte/PR e outro em São Paulo/SP, onde recebe clientes de todo o Brasil e também realiza convenções e grandes eventos.

A empresa Requerente produz vestuário de grandes marcas no mercado brasileiro, atendendo clientes em todo o território nacional, com lojas próprias e com capacidade produtiva. A empresa gera atualmente 250 empregos diretos e em média 5.000 indiretos, que integram toda a cadeia produtiva, da confecção até a venda.

AS RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO - FINANCEIRA DA B.D. VEST CONFECÇÕES

Não obstante toda a trajetória de crescimento da **B. D. VEST CONFECÇÕES**, diversos fatores abaixo elencados atingiram fortemente toda a economia nacional, e como reflexo acabaram atingindo também o setor do vestuário, refletindo diretamente sobre a **B. D. VEST CONFECÇÕES**.

Foram os seguintes:

- A) O aumento da inflação e da recessão econômica no país, com perda do poder aquisitivo do consumidor, provocando a redução do consumo de artigos do vestuário, bem como o aumento da inadimplência tanto de pessoas físicas como jurídicas;
- B) Piora nas condições dos juros e parcelas incompatíveis com a geração de caixa da empresa;
- C) A impossibilidade de repassar o aumento dos custos de produção para o preço dos produtos finais e baixa nos preços dos principais produtos no 2º semestre de 2016;

Todos esses fatores acima elencados, reunidos já provocaram, e continuarão ainda a reverberar seus efeitos sobre toda a economia do Brasil, nele incluído o setor do vestuário, e consequentemente a **B. D. VEST CONFECÇÕES**.

Em relação aos fatores que determinaram a crise econômica na qual está submetida a **B. D. VEST CONFECÇÕES** é imperioso destacar que nessa mesma época a queda acentuada da Receita de Vendas pode ser considerada como ponto forte que levou a empresa ao desequilíbrio financeiro e econômico. Dos fatores macroeconômicos destacamos que a crise se instalou de maneira severa no ramo da moda, visto que grandes empresas do ramo já recorreram a Recuperação como a Barred's





Moda, Grupo GEP, dono das redes varejistas de moda Cori, Luigi Bertolli, Emme e Offashion. No mesmo sentido, o Grupo Colombo tenta uma renegociação extrajudicial.

Em vista dessa complicada situação do mercado em geral, a Administração da **B. D. VEST CONFECÇÕES** viu seu Faturamento cair drasticamente no ano passado.

Por isto, lançar mão do pedido de Recuperação Judicial, mais do que valer-se de um benefício legal, se transformou numa necessidade *sine qua non*, a fim de só assim conseguir propiciar o soerguimento da atividade empresarial, livrando a empresa, seus mais de 250 funcionários diretos, seus mais de 5.000 indiretos, seus milhares de fornecedores e afinal toda a coletividade, de um mal maior e certamente capaz de provocar uma avassaladora e incomensurável crise de efeitos regionais incalculáveis e catastróficos.

De qualquer modo, não obstante ter sido atingido de maneira muito forte por toda essa crise econômica, a **B. D. VEST CONFECÇÕES** reúne todas as condições para superar esse momento negativo e turbulento.

Seguindo-se seu modo sempre transparente de agir, a **B. D. VEST CONFECÇÕES**, de maneira responsável, antes que não pudesse reunir condições de manter a atividade em andamento, e para evitar todo esse cenário de catástrofe social e econômica para toda a região de Cianorte, Paraná, não está hesitando em pedir do Poder Judiciário, uma das últimas providências a que pode se socorrer o empresário para salvar a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores: a Recuperação Judicial.

Nesta linha de princípios, a direção da **B. D. VEST CONFECÇÕES** confia em que a Recuperação Judicial é uma bem acertada medida para permitir que possa se reestruturar e se reerguer ainda mais forte, continuando a gerar riquezas e empregos, com inegáveis benefícios também para seus credores.





3 – ESCOPO DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS EM CRISE E A VIABILIDADE

A recuperação judicial de empresas insere-se no contexto econômico-normativo de proteção aos trabalhadores visando em última análise, à manutenção da fonte produtora e dos empregos diretos e indiretos gerados pela empresa em crise financeira. Esse, aliás, é o teor do artigo 47 da Lei 11.101/2005.

Manoel Justino Bezerra Filho, abordando o escopo primordial da recuperação judicial, lembra que a Lei, não por acaso, estabelece uma ordem de prioridade nas finalidades que diz perseguir, colocando como primeiro objetivo a ‘manutenção da fonte produtora’, ou seja, a manutenção da atividade empresarial em sua plenitude tanto quanto possível, com o que haverá possibilidade de manter também o ‘emprego dos trabalhadores’.

Mantida a atividade empresarial e o trabalho dos empregados, será possível então satisfazer os ‘interesses dos credores’.

Ao mesmo tempo, o Prof. Fabio Ulhoa Coelho no seu livro “Comentários à Lei de Falências” – Ed. Saraiva, 2013, preconiza que a viabilidade econômico – financeira da empresa, deve também ser analisada à luz de vetores específicos, tais como:

- A) A importância social da empresa no meio empresarial;
- B) A mão de obra e a tecnologia empregadas;
- C) O volume dos ativos e passivos das empresas;
- D) O tempo de atividade das empresas; e
- E) O porte econômico das empresas.

Voltaremos a esses temas, ao final deste Parecer, analisando – os especificamente para a empresa **B. D. VEST CONFECÇÕES**.





É importante mencionar que a **B. D. VEST CONFECÇÕES** está passando por uma crise momentânea e pontual, plenamente passível de ser resolvida, pela adoção e implementação das medidas preconizadas e expostas no Plano de Recuperação, objeto de análise deste Parecer Técnico.





4 – O PEDIDO E O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONDIÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA DA B. D. VEST CONFECÇÕES

Em 07 de dezembro de 2016 a **B. D. VEST CONFECÇÕES** ajuizou, perante o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cianorte, Paraná, um pedido de recuperação judicial nos termos da Lei de Falências e Recuperação de Empresas (LFRE) (Lei nº 11.101/05);

Em 15 de fevereiro de 2017, o Juízo da Recuperação deferiu o processamento da Recuperação Judicial, nomeando a sociedade Martins Artiga Sociedade Individual de Advocacia como Administradora Judicial, e determinado que esta apresentasse relatório conclusivo quanto à forma de apresentação do plano de recuperação judicial pela recuperanda;

Em 15 de fevereiro de 2017 foi processada a Recuperação Judicial da **B. D. VEST CONFECÇÕES**, tendo o Juízo de Recuperação deferido o pedido e concedida a recuperação em decisão judicial publicada no Diário Oficial, no dia 16 de fevereiro de 2017.

Diante de todas as pressões internas e externas, a direção da **B. D. VEST CONFECÇÕES** acredita na proteção legal da recuperação judicial, e que lhe permitirá assegurar a manutenção de suas atividades, enquanto busca negociação com seus credores, em conformidade com suas perspectivas de geração de caixa.

Portanto, a Recuperação Judicial possibilitará às empresas, a sua manutenção como fonte produtora de riquezas e postos de trabalho, promovendo o estímulo à atividade econômica e também à preservação do interesse dos seus credores.





5 – O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

OS OBJETIVOS DO PLANO, OS PONTOS FUNDAMENTAIS E SUA VIABILIZAÇÃO:

O Plano de Recuperação Judicial elaborado pela direção da **B. D. VEST CONFECÇÕES** e seus assessores jurídicos e consultores financeiros a ser apresentado ao Juízo de Recuperação e aos seus credores, tem por objetivo a realização de medidas que objetivam a reestruturação de suas operações de forma a permitir:

- A) A superação da crise econômico-financeira da **B. D. VEST CONFECÇÕES**, que poderá ser viabilizada:
- pela geração dos fluxos de caixa operacionais necessários ao pagamento das dívidas e a geração de capital de giro para a continuidade das atividades da empresa;
 - reestruturação da Governança Corporativa. Todos os processos estão sendo reavaliados e reorganizados a fim de reduzir despesas e custos operacionais, de forma a tornar a estrutura mais eficiente;
 - pela venda e ou negociação de ativos operacionais e não operacionais desnecessários. Por meio de avaliação de resultados, a empresa fará processo de reestruturação das Lojas de Atacado (atendimento a lojistas), sendo que essa avaliação trará a exata leitura sobre o resultado de cada unidade de venda, sob os quais serão fechadas as lojas que porventura estejam gerando prejuízos;
 - pelo lançamento de novas marcas. A **B. D. VEST CONFECÇÕES** usará a marca “econômica” Linda Z que já está em desenvolvimento, que servirá para atender público das classes “C” e “D”, e preços mais baratos do que as hoje são trabalhadas e produzidas;
 - pela estruturação de lojas de varejo. Uma nova leitura de resultados será implantada em cada loja, através da medição constante dos resultados, gastos e desempenho comercial. Isso permitirá uma melhor avaliação do andamento da unidade varejista e a medição da necessidade de novas ações corretivas e/ou preventivas;
 - pela implantação de loja virtual (e-commerce). Esse projeto que já está em andamento, e conta com 5 (cinco) colaboradores no atendimento e encaminhamento de mercadorias. Nesse projeto, está previsto expansão dos negócios através do estímulo comercial em outros meios eletrônicos como sites, rede de relacionamentos e de notícias. Além disso serão veiculados anúncios dentro de plataformas de buscas como “google”, dentre outros;

44 3029-4188

Av. Horácio Raccanello Filho, 6326 | Sala 03/04
Centro Empresarial Torre Gêmea Maringá/PR - CEP: 87020-035



- pelo desenvolvimento de produtos com valores acessíveis. Buscando implementar novos produtos no mercado para aumentar sua abrangência em termos de perfil econômico/financeiro dos consumidores, a **B. D. VEST CONFECÇÕES** irá trabalhar duas marcas da qual adquiriu o direito de uso, quais são a: "Linda Z" e "Z-32". Num primeiro momento, está prevista a produção apenas da "Linda Z", cujos produtos terão preços inferiores aos das outras marcas qual também detém o direito de uso como "Osmoze", "Denúncia" e "Eventual". Isto porque a Administração da **B. D. VEST CONFECÇÕES** almeja atingir regiões que necessitam de produtos com preços mais acessíveis, fazendo assim com que as marcas passem a ser conhecidas por todas as classes de consumidores, o que deverá contribuir com o aumento no volume de peças comercializadas;

- pela retomada das suas atividades, no nível das suas operações, adequado ao novo perfil da empresa.

- B) A sua preservação como fonte de geração de bens, recursos, empregos, impostos diretos e indiretos;
- C) A manutenção do exercício de suas atividades no segmento de abate de aves no segmento de confecção de peças de vestuário, comércio atacadista e varejista de confecção, produzindo roupas masculinas e femininas, acessórios e peças em geral, após a sua reestruturação operacional;
- D) A preservação da sua função social e a efetiva melhora e recuperação do seu valor econômico, bem como, dos seus ativos tangíveis e intangíveis;
- E) A possibilidade da **B. D. VEST CONFECÇÕES** poder equacionar e realizar os pagamentos das suas dívidas junto aos credores nos termos e condições apresentados no Plano e que procura atender aos interesses dos seus credores e acionistas;
- F) Os demonstrativos financeiros apresentados identificam os volumes das receitas operacionais e as fontes dos recursos, bem como, a estrutura e as condições de pagamento aos credores;
- G) Os objetivos do Plano poderão ser atingidos também por meio das medidas previstas no Artigo 50 da LFRE;

44 3029-4188

Av. Horácio Raccanello Filho, 6326 | Sala 03/04
Centro Empresarial Torre Gêmea Maringá/PR - CEP: 87020-035





H) A possibilidade de voltar a ter uma estrutura de capital equilibrada;

I) A concentração e a volta ao exercício de suas atividades, no setor de confecção, no qual a empresa possui amplo conhecimento e reputação.

O Plano a ser apresentado foi elaborado de acordo com os requisitos contidos nos artigos 53 (cinquenta e três) e 54 (cinquenta e quatro) da Lei de Falências e Recuperação de Empresas, uma vez que fica demonstrada a viabilidade da **B. D. VEST CONFECÇÕES** e do Plano e são discriminados de forma pormenorizada, os meios de recuperação a serem empregados.

Ao mesmo tempo, visa manter as suas atividades industriais e comerciais, a sua função social com a geração de empregos, renda e principalmente a liquidação de seus débitos junto aos credores, respeitando a sua viabilidade econômica e os fluxos de pagamentos a credores.

Permite viabilizar de forma definitiva, nos termos da (LFRE), a superação da crise econômica em que se encontrava em 31 de janeiro de 2017.

Através de um conjunto de demonstrativos financeiros projetados são identificadas:

- A) A geração de caixa suficiente a fazer frente aos seus compromissos operacionais correntes e aos decorrentes do cronograma de pagamentos aos credores;
- B) Alienação de ativos visando auxiliar nos compromissos financeiros, tudo nos termos dos artigos 53 e 54 da Lei nº. 11.101/2005;
- C) As condições, os valores e os prazos de pagamento aos credores.

Todos os esforços da direção da **B. D. VEST CONFECÇÕES**, conforme demonstrado no Plano, projetam o desejo de recuperar-se desenvolvendo um cronograma de pagamento das dívidas relacionadas de acordo com a geração de recursos e a recomposição dos fluxos de caixa necessários, de modo a viabilizar o cumprimento de todos os seus compromissos com os credores.

O Plano visa precipuamente atender aos interesses de seus credores, na medida em que fixa as diretrizes necessárias para maximizar a fonte de recursos e otimizar o fluxo dos pagamentos que deverão ser realizados.





PLANO DE REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

Conforme demonstrado no Plano pela direção da **B. D. VEST CONFECÇÕES** e elencadas neste laudo, a fim de obter sucesso do desenvolvimento do Plano e demonstrar comprometimento e foco na continuidade de suas operações, a **B. D. VEST CONFECÇÕES** vem passando por um processo de reestruturação financeira e operacional que destacamos abaixo:

Operacional

- foco em mercados com melhores margens;
- adequação do mix de produtos e clientes;
- racionalização de mão de obra e custos;
- manutenção dos investimentos para eficiência do negócio;
- reforço da profissionalização;
- implementação de sistemas e controles mais eficazes;

Financeiro

- renegociação dos passivos com o objetivo de readequar a estrutura de capital;
- crédito junto a instituições financeiras e fornecedores;
- implantação de processos relacionados à análise de Crédito;
- adoção de medidas que visam recuperar valores inadimplentes de períodos anteriores;
- estruturação de demonstrativos financeiros, orçamento e fluxo de caixa, melhorando o acompanhamento diário de cada área;

A direção da **B. D. VEST CONFECÇÕES** tem a certeza e a confiança de que a crise de liquidez e as dificuldades operacionais ora enfrentadas são passageiras e não devem afetar de forma definitiva a solidez das atividades desenvolvidas pelas empresas e que poderão ser mantidas.

Um exemplo claro da certeza da direção da **B. D. VEST CONFECÇÕES** é o fato de que antes mesmo do ajuizamento do pedido de recuperação, a sua direção já vinha buscando a implementação de um abrangente projeto de reestruturação financeira e operacional, com a finalidade de adequar suas operações à situação atualmente enfrentada.

44 3029-4188

Av. Horácio Raccanello Filho, 6326 | Sala 03/04
Centro Empresarial Torre Gêmea Maringá/PR - CEP: 87020-035





A crise financeira vivenciada pelas empresas e a conjuntura econômica adversa do país afetaram os seus fluxos de caixa, comprometeram a sua capacidade de honrar pontualmente o pagamento de suas obrigações junto a credores.

Diante dessa situação, a direção da empresa elaborou, com a ajuda dos seus assessores jurídicos e consultores financeiros, o Plano de Recuperação Judicial, bem como um conjunto de demonstrativos financeiros projetados cujos resumos estão apresentados em anexo e que;

- refletem as suas operações futuras, demonstrando as medidas que serão adotadas;
- os resultados da continuidade das operações e o estabelecimento de um cronograma de pagamentos aos credores, podendo permitir a recomposição da sua saúde financeira;
- demonstram a viabilidade econômico-financeira das empresas e do Plano.

O Plano foi elaborado, considerando alguns cenários alternativos que vêm sendo estruturados pelos seus consultores jurídicos e financeiros, tomando por base este Laudo de Viabilidade Econômico-Financeira e o Laudo de Avaliação de Bens e Ativos elaborado por empresa especializada em Engenharia de Avaliações.

O Plano a ser apresentado busca otimizar esses cenários, aplicando parcialmente as soluções contempladas de forma a maximizar o resultado para empregados, fornecedores, credores e acionistas.

DOS MEIOS E MEDIDAS EMPREGADOS NA RECUPERAÇÃO

Da nossa análise, concluímos que o Plano prevê a recuperação da **B. D. VEST CONFECÇÕES** pela adoção das seguintes medidas, assim caracterizadas:

1. Reestruturação dos Créditos Sujeitos ao Plano

Reestruturação de Créditos

O Plano, observado o disposto no artigo 61 da Lei de Falências, nova todos os Créditos Sujeitos ao Plano, que serão pagos pela B. D. VEST CONFECÇÕES nos prazos e formas estabelecidos no Plano,



para cada classe de Credores Sujeitos ao Plano, ainda que os contratos que deram origem aos Créditos Sujeitos ao Plano disponham de maneira diferente.

2. Reestruturação dos Créditos Trabalhistas – Classe I

Créditos Trabalhistas.

As disposições deste Capítulo são aplicáveis apenas aos Créditos Trabalhistas.

Os Créditos Trabalhistas que já tenham sentença transitada em julgado, e inscritas no Plano de Recuperação Judicial, deverão ser pagos dentro do prazo de 1 (um) ano, após o transito em julgado que homologar a decisão da Assembleia Geral de Credores que aprovou o Plano de Recuperação Judicial, conforme explicitado no Artigo 54 da Lei de Recuperação Judicial.

O pagamento aos Credores da Classe I (Trabalhistas), respeitado o período de 1 (um) ano mencionado acima, terá início no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente em que houver o transito em julgado que homologar a decisão da Assembleia Geral de Credores que aprovou o Plano de Recuperação Judicial ou, em não sendo aprovado o referido Plano pela Assembleia Geral de Credores quando houver o transito em julgado da decisão Judicial que determinar o processamento do Plano de Recuperação Judicial.

O pagamento ocorrerá em 12 (doze) parcelas, uma parcela a cada mês, podendo ocorrer o pagamento de mais de uma parcela dentro de um mês visando respeitar o prazo máximo de 1 (um) ano para quitação de todo débito com os Credores Trabalhistas.

No caso do dia estipulado para pagamento for feriado ou final de semana (sábado e domingo), fica a **B. D. VEST CONFEÇÕES** obrigada a proceder com o pagamento no primeiro dia útil subsequente.

Posterioros créditos trabalhistas que forem postulados em juízo, cuja a origem da demanda seja período anterior ao deferimento da Recuperação Judicial, e que tenham suas respectivas sentenças transitadas em julgado, dando direito a recebimento de créditos desta natureza, deverão ser pagos também dentro do prazo de 1 (um) ano após a sentença.

Tendo em vista o curto prazo legal concedido para pagamento dos Credores Trabalhistas, esse Plano não estipula ou prevê a aplicação de correção monetário ou, até mesmo, de juros sobre os créditos de ordem trabalhista.





3. Reestruturação dos Créditos com Garantia Real – Classe II

Créditos com Garantia Real.

A B. D. VEST CONFEÇÕES não listou em seu Plano créditos que são aplicáveis apenas aos Créditos com Garantia Real, independentemente de seu valor, da natureza ou do valor de sua Garantia Real.

4. Reestruturação dos Créditos Quirografários – Classe III

Créditos Quirografários.

As disposições deste item são aplicáveis apenas aos Créditos Quirografários, independentemente de seu valor.

Os Créditos presentes neste Plano de Recuperação Judicial, em que estejam na classe III - Quirografários, terão os seus pagamentos realizados dentro das seguintes condições:

O prazo para pagamento desses Credores será de 15 (quinze) anos ou 180 (cento e oitenta) meses, considerando e respeitando o período de 23 (vinte e três) meses de carência;

O valor do crédito, para fins de pagamento, será dividido em 157 (cento e cinquenta e sete) parcelas, ou seja, estão previstos pagamentos mensais;

Sobre o valor de cada parcela (crédito), no ato do seu pagamento, será aplicado separadamente o deságio e, posteriormente, a correção monetária e os juros simples, sendo nessa ordem:

- Deságio de 60% (sessenta por cento), a ser aplicado sobre o valor da parcela no momento de seu pagamento; e
- Após a aplicação do deságio a parcela sofrerá correção monetária com base na Taxa Referencial – TR mensal, acumulada do mês que deu início ao prazo de carência até a data do pagamento da parcela; e
- Após a aplicação da correção monetária, será aplicada sobre a parcela corrigida os juros simples de 2% a.a. (dois por cento ao ano), equivalente a 0,166% a.m. (zero vírgula





cento e sessenta e seis por cento ao mês). Observando que, os juros irão incidir sobre a parcela a ser paga a partir do mês de início do prazo de carência.

Considerando o disposto na letra “b” acima, em que o valor do crédito dos Credores Quirografários, para fins de pagamento, será dividido em 157 (cento e cinquenta e sete) parcelas, fica fixado nesse Plano de Recuperação Judicial que o vencimento de cada parcela, dentro de cada ano, será nos dias 25 de cada mês, respeitado, porém, o prazo e período de carência para início dos pagamentos.

O período de carência mencionado acima, terá início no mês, inclusive, em que houver o trânsito em julgado que homologar a decisão, da Assembleia Geral de Credores, de aprovar o Plano de Recuperação Judicial ou, em não sendo aprovado o referido Plano pela Assembleia Geral de Credores, quando houver o trânsito em julgado da decisão Judicial que determinar o processamento do Plano de Recuperação Judicial;

No caso do dia estipulado para pagamento for feriado ou final de semana (sábado e domingo), fica a **B. D. VEST CONFECÇÕES** obrigada a proceder com o pagamento no primeiro dia útil subsequente.

5. Reestruturação dos Créditos ME e EPP – Classe IV

Créditos ME e EPP.

As disposições deste item são aplicáveis apenas aos Créditos ME e EPP, independentemente de seu valor.

Os Créditos presentes neste Plano de Recuperação Judicial, em que estejam na classe IV – ME e EPP, terão os seus pagamentos realizados dentro das seguintes condições:

- A) O prazo para pagamento desses Credores será de 15 (quinze) anos ou 180 (cento e oitenta) meses, considerando e respeitando o período de 23 (vinte e três) meses de carência;
- B) O valor do crédito, para fins de pagamento, será dividido em 157 (cento e cinquenta e sete) parcelas, ou seja, estão previstos pagamentos mensais;
- C) Sobre o valor de cada parcela (crédito), no ato do seu pagamento, será aplicado separadamente o deságio e, posteriormente, a correção monetária e os juros simples, sendo nessa ordem:

44 3029-4188

Av. Horácio Raccanello Filho, 6326 | Sala 03/04
Centro Empresarial Torre Gêmea Maringá/PR - CEP: 87020-035





- Deságio de 60% (sessenta por cento), a ser aplicado sobre o valor da parcela no momento de seu pagamento; e
- Após a aplicação do deságio a parcela sofrerá correção monetária com base na Taxa Referencial – TR mensal, acumulada do mês que deu início ao prazo de carência até a data do pagamento da parcela; e
- Após a aplicação da correção monetária, será aplicada sobre a parcela corrigida os juros simples de 2% a.a. (dois por cento ao ano), equivalente a 0,166% a.m. (zero vírgula cento e sessenta e seis por cento ao mês). Observando que, os juros irão incidir sobre a parcela a ser paga a partir do mês de início do prazo de carência.

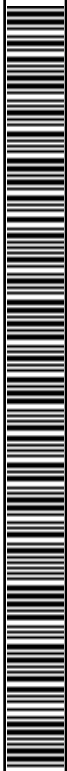
Considerando o disposto na letra “b” acima, em que o valor do crédito dos Credores ME e EPP, para fins de pagamento, será dividido em 157 (cento e cinquenta e sete) parcelas, fica fixado nesse Plano de Recuperação Judicial que o vencimento de cada parcela, dentro de cada ano, será sempre nos dias 25 de cada mês, respeitado, porém, o prazo e período de carência para início dos pagamentos.

O período de carência mencionado acima, terá início no mês, inclusive, em que houver o trânsito em julgado que homologar a decisão, da Assembleia Geral de Credores, de aprovar o Plano de Recuperação Judicial ou, em não sendo aprovado o referido Plano pela Assembleia Geral de Credores, quando houver o trânsito em julgado da decisão Judicial que determinar o processamento do Plano de Recuperação Judicial;

No caso do dia estipulado para pagamento for feriado ou final de semana (sábado e domingo), fica a **B. D. VEST CONFECÇÕES** obrigada a proceder com o pagamento no primeiro dia útil subsequente.

6. Condição de Pagamento para Credores Parceiros - Amortização Acelerada

Considerando as condições existentes até a data de conclusão deste Plano de Recuperação Judicial, destacamos que o mesmo não está prevendo condições especiais para os Credores parceiros, porém os Credores parceiros poderão ter condições diferenciadas para o recebimento dos seus créditos inscritos na recuperação judicial, desde que mediante termo de aditivo a este Plano de Recuperação Judicial, no qual será previsto os critérios para obtenção da condição diferenciada.





7. Realização de Leilões Reversos

Atendendo as premissas estabelecidas para os pagamentos dos créditos inscritos nesse Plano de Recuperação Judicial, objetivando a amortização acelerada, e atendido aos aspectos estabelecidos nos meios de recuperação, principalmente aqueles que visam atender as melhorias administrativas, comerciais e financeiras, gerando suficiência de caixa, a **B. D. VEST CONFECÇÕES** estará apta a propor a antecipação do pagamento dos créditos inscritos na recuperação judicial adotando a prática do Leilão Reverso.

Quando da realização do Leilão Reverso a **B. D. VEST CONFECÇÕES** realizará a publicação de edital, no Diário Oficial da União, aonde constará as regras fixadas para o Leilão (prazo, condição de pagamento, deságio, volume de crédito e outros).

A ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO

Conforme art. 49 da LFRE, a estrutura do endividamento da **B. D. VEST CONFECÇÕES** condiciona ao Plano referido, as pessoas físicas e jurídicas mencionadas na lista de credores apresentada, a qual deverá ser substituída pela lista de credores a ser consolidada pelo Administrador Judicial (art.7º, parágrafo 2º) ou por decisões judiciais futuras.

A atual posição de dívidas da **B. D. VEST CONFECÇÕES** é a seguinte:

TIPO DE CRÉDITO	CARÊNCIA	PERIODO DE PAGAMENTOS	TOTAL PRAZO	DESCONTO
Classe I – Trabalhistas	-	12 Meses	12 Meses	-
Classe II – Garantia Real	-	-	-	-
Classe III – Quirografários	23 Meses	157 Meses	180 Meses	60%
Classe IV – ME ou EPP	23 Meses	157 Meses	180 Meses	60%



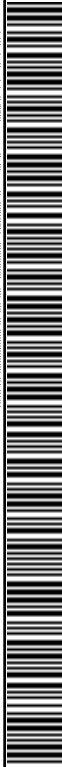
6 – FONTES DE INFORMAÇÕES UTILIZADAS

Para o efeito da:

- A) Elaboração do laudo econômico-financeiro sobre a viabilidade econômico-financeira do Plano e da empresa;
- B) Emissão do Parecer Técnico sobre o Plano.

Foram utilizadas as seguintes fontes de informação:

- A) Plano de Recuperação Judicial preparado pela direção da **B. D. VEST CONFECÇÕES** e seus assessores jurídicos e consultores financeiros a ser encaminhado ao Juízo e aos seus credores contendo a descrição das medidas a serem implementadas pela empresa;
- B) Petição inicial encaminhada ao M.D. Juízo de Recuperação;
- C) Parecer do Juiz de Direito da Comarca de Cianorte – Paraná, com o deferimento do pedido de Recuperação Judicial em 15 de fevereiro de 2017;
- D) Breve Histórico e situação atual da empresa contendo informações relevantes que identificam as origens da crise financeira porque passaram a empresa **B. D. VEST CONFECÇÕES**;
- E) Demonstrativos financeiros históricos;
- F) As planilhas e demonstrativos financeiros projetados e consolidados, preparados pela direção da **B. D. VEST CONFECÇÕES** e seus consultores financeiros e que são:
 - Premissas macroeconômicas;
 - Mapa de premissas operacionais e financeiras para elaboração dos demonstrativos financeiros projetados;
 - Demonstrativo de Resultados e Fluxos de Caixa projetados das empresas para o período de 2017 a 2031, apresentando a geração das receitas, custos e despesas operacionais, bem como os fluxos de pagamento aos credores de todas as classes.





7 – ELABORAÇÃO DA ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA E DO PLANO - EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO

Para efeito de elaboração e emissão deste Parecer Técnico, analisamos cuidadosamente todas as informações, os dados fornecidos e as medidas a serem implementadas no Plano, destacando-se que:

- A) Durante todo o período em que estiver sob Recuperação Judicial a direção e os quotistas da **B. D. VEST CONFECÇÕES** se comprometem a realizar todos os esforços na administração profissional e independente, para manter uma estrutura mínima necessária para que a empresa possa ter continuidade nas suas operações, nos novos níveis, de forma a poder cumprir com todos os compromissos citados no Plano, de acordo com o cronograma de pagamentos, conforme apresentado nos Demonstrativos Financeiros projetados;
- B) As premissas macroeconômicas apresentadas têm um caráter conservador, com uma expectativa de pequeno crescimento de 5% (cinco por cento) ao ano em média, acima do IPCA projetado em 4,5% (quatro e meio por cento) ao ano, do ano 2 ao ano 7 das projeções;
- C) A geração de caixa da empresa, para pagamento aos credores está baseada nas seguintes medidas e recursos:
- geração dos fluxos de caixa operacionais pela continuidade das atividades econômicas e por decorrência da sua reestruturação operacional e financeira;
 - as condições, os valores e os prazos de pagamento aos credores.
- D) Destaca-se, ainda, que as projeções futuras que estão contemplando o desembolso para pagamento de juros levam em consideração a necessidade de recursos que a **B. D. VEST CONFECÇÕES** ainda terá para compor seu capital de giro, uma vez que o lucro projetado para os exercícios futuros deverá ser utilizado para fazer frente a débitos que não estão incluídos na recuperação judicial, tais como dos tributos em atraso, os quais terão previsão para pagamento a partir do Ano 1.





E) As premissas adotadas para a elaboração das projeções dos demonstrativos financeiros estão detalhadas no Plano de Recuperação e estão divididas em:

- Projeções da Receita Bruta (Faturamento);
- Projeções dos Tributos;
- Projeções dos Custos;
- Projeções das Despesas Operacionais;
- Projeções das Despesas Financeiras;
- Fluxo de Caixa Projetado;

OS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Analizamos os demonstrativos financeiros históricos e projetados elaborados pela **B. D. VEST CONFECÇÕES** e seus consultores financeiros e jurídicos e que utilizamos como base para prepararmos os Demonstrativos de Resultados (DRE) e demonstrativo dos fluxos de caixa projetados, apresentados nos Anexos deste laudo.

Analisando-se todas as planilhas e demonstrativos financeiros históricos e os projetados apresentados no Plano, concluímos que:

- A) As premissas e pressupostos adotados ficaram dentro de uma posição conservadora e com consistência com relação à performance histórica da empresa e da sua atual situação;
- B) Os demonstrativos financeiros projetados (DRE e Fluxos de Caixa) a partir das premissas e pressupostos, bem como as informações fornecidas pela direção das empresas, apresentam coerência e consistência técnica, e tendo sido elaborados dentro de padrões usuais de projeções e simulações de comportamento futuros das operações das empresas;
- C) Demonstraram uma coerência numérica e econômico-financeira entre as premissas adotadas e os valores resultantes, identificando consistência técnica e dentro dos modelos contábil e econômico-financeiro.





As projeções identificam a continuidade das operações da empresa com a adoção das medidas já citadas, que no nosso entender são viáveis, na medida em que foram realizadas com base nas suas atividades operacionais já ajustadas aos novos níveis, adotando-se para essas projeções no nosso entender, um critério conservador.

Os demonstrativos financeiros que caracterizam e identificam o Plano de Recuperação a ser apresentado ao Juízo, demonstram que todas as suas variáveis estão integradas e com premissas adotadas que julgamos razoáveis e com consistência.

As receitas líquidas deverão ter as variações de IPCA (4,5%) e crescimento (5,0%) para o período projetado 2017 a 2023 perpetuando para o período de 2024 a 2031, sendo:

PERÍODO	VALOR – R\$/mil
ANO 1	96.485
ANO 2	108.056
ANO 3	120.822
ANO 4	135.098
ANO 5	151.059
ANO 6	168.907
ANO 7	185.490
...	
ANO 15	185.490

Para a realização das projeções das receitas operacionais (2017 a 2031), foram consideradas as atividades da empresa para realização das suas operações, com razoável nível de certeza de geração de caixa, sendo que o EBITDA sobre o ROL (Receita Operacional Líquida)deverá girar em torno de 18,34 % a 24,53 % ao ano, no período compreendido entre 2017 a 2022, perpetuando em 24,53% ao ano, no período de 2023 a 2031, sendo sempre positiva, girando em torno de R\$ 31.116 milhões/ano.

Os fluxos de caixa antes dos pagamentos das dívidas é sempre positivo e gira em torno de R\$ 1.930 milhões/ano, no período compreendido entre 2017 e 2031.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJS43 N74QG 24F8N DF27D



DA VIABILIDADE ECONOMICO E FINANCEIRA DO PLANO

O Plano de Recuperação Judicial proposto é viável, na medida em que:

- A) As premissas e pressupostos adotados para elaboração dos demonstrativos financeiros projetados, foram definidos em um cenário conservador e consideradas factíveis e com grau de certeza bastante razoável;
- B) Os números resultantes refletem adequadamente as diversas premissas adotadas;
- C) A geração de receitas da empresa está baseada na continuidade das suas operações, agora com níveis operacionais, ajustados à nova realidade das empresas;
- D) Visa maximizar os recursos disponíveis para fazer frente aos compromissos da **B. D. VEST CONFECÇÕES**, procurando proporcionar aos credores a plena recuperação de seus créditos, dentro dos prazos previstos;
- E) Atender as medidas de:
 - i. A renegociação com os credores reajustando valores e novas condições de prazos de pagamentos;
 - ii. A reorganização societária da **B. D. VEST CONFECÇÕES**;
 - iii. Continuidade das suas operações com geração de caixa positiva para pagamento a credores, tornarão possível a recuperação e a normalização das atividades da **B. D. VEST CONFECÇÕES**.
- F) As previsões de continuidade das operações da empresa da **B. D. VEST CONFECÇÕES**, a partir de 2017, no nosso entender, são viáveis na medida em que foram realizadas com base nas suas atividades operacionais anteriores, adotando-se um critério conservador, com metas visando voltar aos níveis de operações devidamente ajustadas e que ocorriam antes do pedido de recuperação;
- G) Os demonstrativos financeiros projetados que apresentam o comportamento futuro da empresa, cujo Plano deverá ser apresentado ao Juízo, demonstra que todas as suas variáveis estão integradas e com premissas adotadas que julgamos razoáveis e com consistência;





- H) Efetuamos testes nas relações entre todas as premissas e os números apresentados e que demonstraram uma coerência numérica e econômico-financeira, identificando uma consistência técnica de qualidade;
- I) A análise dos indicadores financeiros históricos e projetados revela a coerência das medidas adotadas no Plano de Recuperação, fazendo com que a empresa, retomando as suas atividades após a reestruturação, passem a ser empresa líquida e rentável, podendo atender aos seus compromissos com credores;
- J) A avaliação do potencial e da capacidade de pagamento das obrigações e passivos da **B. D. VEST CONFECÇÕES** com a adoção das medidas preconizadas no Plano e com a eliminação gradual do endividamento da empresa, pode ser inferido pela geração de fluxos de caixa positivos e que é decorrente das suas operações, sendo superior ao fluxo de pagamentos aos credores;

DA VIABILIDADE ECONOMICO E FINANCEIRA DA B. D. VEST CONFECÇÕES

Entre os princípios que regem a Lei 11.101/2005, o mais relevante para fins de deferimento da recuperação judicial é o princípio da viabilidade econômica das empresas, estabelecendo que somente às empresas com reais possibilidades de soerguimento será facultado o regime da recuperação judicial.

Para Fábio Ulhoa Coelho (Comentários à Lei das S.A.'s – Ed. Saraiva – 2013), existem alguns critérios objetivos que permitem identificar uma empresa economicamente viável e, portanto, digna de receber o benefício legal da recuperação, são as seguintes:

A) Importância da Empresa no Meio Empresarial

A **B. D. VEST CONFECÇÕES** possui um potencial econômico (Receita Líquida anual média de R\$ 131 milhões de reais projetada a partir de 2017 até 2023, perpetuando a partir de 2024 em R\$ 171 milhões de reais), considerável para reerguer-se.





Além disso, conta com um portfólio de ativos e clientes e que implementando-se com o Plano de Recuperação, que se mostra adequado e compatível com a sua atual situação, demonstra que a sua recuperação econômica é viável e possível;

Ao mesmo tempo, a empresa tem uma importância social relevante para a economia nacional e regional, pois é geradora de empregos, sendo que as suas atividades são fundamentais para o setor do vestuário, bem como, para a sua equipe de mais de 250 colaboradores diretos e 5.000 indiretos, cujas famílias dependem de suas atividades;

B) Mão de obra e tecnologia empregada

A empresa é possuidora de um portfólio e um conjunto de ativos e instalações e que a coloca entre as primeiras empresas que atuam no segmento de confecção de peças de vestuário, comércio atacadista e varejista de confecção, produzindo roupas masculinas e femininas, acessórios e peças em geral;

C) O Volume de Ativos e Passivos da Empresa

O volume total de ativos da empresa é considerável, atingindo o montante, de aproximadamente R\$/mil 98.121 em 31 de janeiro de 2017.

Considerando-se que as medidas a serem implementadas cobrem as áreas criação, financeira, mercadológica e operacional de forma integrada, o Plano de Recuperação a ser apresentado, pretende preservar esse valor econômico, que é relevante.

D) Tempo de Atividade da Empresa

A B. D. VEST CONFECÇÕES iniciou suas atividades no ano de 1998, e tem como seu objeto social o ramo de confecção de peças de vestuário, comércio atacadista e varejista de confecção, produzindo roupas masculinas e femininas, acessórios e peças em geral.

A B. D. VEST CONFECÇÕES atua nesse mercado, há mais de 17 anos, com crescimento baseado na expansão do seu segmento de atuação e no desenvolvimento de suas atividades na área de confecções com produtividade elevada.

44 3029-4188

Av. Horácio Raccanello Filho, 6326 | Sala 03/04
Centro Empresarial Torre Gêmea Maringá/PR - CEP: 87020-035

